



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA: ESTUDO SOBRE A COMPREENSÃO DE MOVIMENTOS SINDICAIS COM ATUAÇÃO NOS ESPAÇOS DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS**

Raimundo Sidnei dos Santos Campos

Universidade Federal da Paraíba, sydneycamposstm@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma discussão sobre a Educação do Campo na Amazônia, enfocando a realidade educacional vivenciada no campo, na floresta e na região ribeirinha no Estado do Amazonas a partir da compreensão de trabalhadores e trabalhadoras rurais com atuação no movimento sindical. Este estudo resulta de pesquisa bibliográfica, documental e de campo que analisou a educação do campo, sua problemática, experiências e especificidades em municípios amazonenses na perspectiva de entendimento da Federação dos Trabalhadores da Agricultura e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A Educação do Campo foi analisada com base nas experiências educacionais e socioculturais de homens e mulheres que vivenciam a realidade local, seus problemas e suas especificidades. A educação é problematizada a partir da realidade amazônica nos espaços do campo, floresta e das águas, emergindo suas contradições e particularidades. Os resultados da pesquisa evidenciaram a necessidade de políticas públicas de educação do campo capazes de contemplar os saberes, as culturas e a educação dos povos amazônicos como forma de valorização da diversidade cultural e dos processos identitários. O estudo mostra o processo de compreensão do movimento sindical e sua participação na construção de políticas públicas voltadas para a realidade local. Constatou-se que a ideia de campo no Amazonas se amplia na dinâmica das diversas formas de organização da vida amazônica. Evidenciou-se que a Educação do Campo na Amazônia será mais bem concebida na medida em que valorizar os diferentes sujeitos e seus saberes. As políticas de Educação do Campo apresentam elementos e práticas significativas nesta direção.

**Palavras-Chave:** Educação do Campo, Movimento Sindical, Políticas Públicas, Amazônia.

### **Introdução**

Este artigo socializa parte da Pesquisa<sup>1</sup> do Mestrado em Educação desenvolvida na Universidade Federal do Amazonas na Linha de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional do Núcleo Temático Educação, Cultura e Desafios Amazônicos. Teve como foco específico a compreensão da Educação do Campo na Amazônia, sendo realizada no Estado do Amazonas. Para abranger o objeto de estudo partiu-se da compreensão e experiências vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's).

A Educação do Campo, outrora conhecida como Educação Rural, construída nos últimos anos assumiu uma nova abordagem de compreensão a partir da ação de movimentos sociais populares e sindicais que pautaram suas agendas pela luta por uma educação do campo, assumindo outra

---

<sup>1</sup> CAMPOS, R. S. S. Educação do Campo: Olhares, dilemas e perspectivas dos trabalhadores rurais da FETAGRI no estado do Amazonas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFAM, 2007.



dimensão social, política, cultural e educacional. Destaca-se que a Educação do Campo é construída pelos movimentos camponeses. Ao passo que, a Educação Rural foi historicamente construída por diferentes instituições, onde o Estado se adequava aos interesses do capital, onde o rural deveria servir aos interesses da cidade e do urbano. Neste sentido, é importante ressaltar que no meio rural, o atraso escolar se configura de maneira discriminatória, comprometendo a dinâmica da permanência na escola e a qualidade do ensino. Vê-se, portanto que, a trajetória da Educação Rural no Brasil tem sido marcada por grandes contradições.

Por outro lado, entende-se que construir uma escola do campo é garantir o direito à educação ao homem do campo no lugar onde ele mora, sem precisar ir para a cidade em busca desse direito. A esse respeito, Arroyo afirma que “o que mais impressiona nos dados sobre a Educação do Campo é a histórica vulnerabilidade desse direito. É negado o direito à educação ou lhes é garantido o mínimo do mínimo por uma única razão: viverem no campo” (2004, p.100).

Vê-se que, a Educação do Campo, é um conceito que não se fecha em si mesmo, posto que incorpora a própria dinâmica dos movimentos sociais. Concretamente é um campo que dialoga com a complexidade cultural, que cria uma totalidade de relações, que assume formas próprias a partir dos múltiplos contextos. Educação do Campo representa uma nova concepção de educação e de campo. Nos últimos anos no Brasil, os diferentes movimentos sociais e sindicais do campo desempenharam uma contribuição significativa no processo de construção de uma política pública de educação articulada com outras políticas públicas voltadas para um projeto de desenvolvimento do campo. Este movimento de luta por políticas públicas de educação ganhou maior expressão a partir das conquistas e contribuições dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, que por sua vez, tem protagonizado novas práticas pedagógicas de educação popular, resultando numa pedagogia do movimento que se contrapõe frontalmente ao modelo de educação rural.

A educação de homens e mulheres do campo assumiu relevância específica na área da educação e das políticas públicas de educação. Assim, considerando o contexto amazônico, pode-se inferir que pensar a educação do campo nesta região conduz a muitas inquietações, sobretudo, por conta das especificidades e diversidades socioculturais que caracterizam espaços das florestas e das águas, e diferentes sujeitos: indígenas, agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, dentre outros.

Uma aproximação com os processos educacionais do campo na Amazônia implica em considerar a complexidade da região, a diversidade sociocultural e as múltiplas manifestações identitárias. Implica ainda em considerar que, a história da educação mostra que os colonizadores impuseram





sua cultura, seus costumes e suas ideologias ao povo que vivia no território brasileiro. Desde a colônia, a educação dos povos amazônicos bem como sua cultura tem sido negada e estereotipada.

Daí decorre que os problemas e as particularidades da educação amazônica têm ocupado um lugar marginal no cenário das políticas educacionais, o que tem resultado em projetos educacionais enviesados, que não dão conta de superar o déficit escolar existente na região, tampouco responde ao processo identitário do amazônida. Por outro lado, os processos socioculturais que emergem do contexto amazônico evidenciam uma rica sociodiversidade que a educação oficial precisa levar em consideração na formulação de políticas e estratégias educacionais. Isto porque, a educação amazônica revela o modo de vida amazônico e inclui os conhecimentos indígenas e saberes populares tradicionais produzidos por diferentes culturas com significados sociais específicos. Esse modo de vida social decorre de povos que vivem e convivem numa relação íntima com a terra, com o rio, com a floresta, em regiões de várzea e terra firme, nos assentamentos, em comunidades indígenas, quilombolas, ou seja, em diferentes lugares, com diferentes maneiras de ser e conviver. Isto resulta em múltiplos processos educativos e interculturais, novas formas de subjetividade e saberes. Saberes esses, que na maioria das vezes não é valorizado pelo sistema oficial de ensino.

Por essas razões, partiu-se da compreensão de que o campo na Amazônia tem suas especificidades. Portanto, é uma realidade complexa que incorpora diferentes espaços, formas e sujeitos. Neste sentido, pergunta-se: as políticas públicas de educação do campo contemplam as particularidades, necessidades e a realidade educacional dos homens e mulheres que vivem do campo, da floresta e das águas no contexto da Amazônia? Nesta perspectiva, outras questões norteadoras se desmembraram do problema de pesquisa apontado: Qual o conceito de campo que se aplica na Amazônia, especificamente no Amazonas? Qual a concepção de educação do campo que está presente na compreensão dos homens e mulheres que vivem na Amazônia? E por fim, que concepção de educação do campo permeia a formulação dessas políticas públicas elaboradas com a participação dos movimentos sociais populares e sindicais?

Assim sendo, neste artigo se teve como preocupação principal analisar a educação do campo no contexto amazônico, buscando compreender a visão dos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas a respeito dessas questões levantadas. Assim, se apresenta uma breve tessitura do trabalho realizado, que em linhas gerais, discute concepções que fundamentam a compreensão da educação do campo, abordando aspectos da educação do campo no Amazonas, suas problemática e especificidade à luz da compreensão dos movimentos sindicais.



## Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir do enfoque da dialética materialista histórica, tendo sido realizado um estudo bibliográfico, levantamento documental e trabalho de campo. A forma de abordagem foi quanti-qualitativa. O levantamento bibliográfico apontou para uma abordagem de educação do campo fundada numa concepção político-pedagógica não circunscrita somente ao espaço geográfico, que pelos seus fundamentos políticos, sociais e pedagógicos supera em termos de políticas públicas a educação conhecida como rural. A Educação e suas relações com o meio rural foi analisada numa perspectiva de totalidade e numa visão crítica, possibilitando uma abordagem contextualizada. Foram realizadas entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras dirigentes da FETAGRI<sup>2</sup> e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) que participavam diretamente de ações relacionadas as questões da educação do campo nos municípios amazonenses, a nível regional e nacional. A pesquisa, tomou como sujeitos os representantes dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado do Amazonas, a saber: 7(sete) membros ativos da FETAGRI na condição de dirigentes e 16(dezesseis) representantes de STR's.

A pesquisa de campo foi realizada no ano de 2006. Constituiu de entrevistas e de observações. Foi desenvolvida com uma amostra significativa dos dirigentes da FETAGRI-AM e representantes de STR's-AM da capital e dos demais municípios do estado. O universo da pesquisa compreendeu a FETAGRI e os STR's de 19 municípios do estado perfazendo um total de 17 STR's, haja vista, que o STR de Manaus incorporava também os municípios de Careiro da Várzea e Iranduba. A pesquisa teve como sujeitos 23 lideranças sindicais, sendo 7 dirigentes da FETAGRI e 16 representantes de STR's, envolvendo um total de 17 STRS pertencentes a 19 municípios do Amazonas. No geral, foram entrevistados 23 representantes de trabalhadores, distribuídos da seguinte maneira: 7(sete) integrantes ativos da FETAGRI, sendo 4(quatro) homens e 3(três) mulheres. Foram entrevistados também 16 representantes dos STR's, sendo 13 homens (81,25%) e 3 mulheres (18,75%). Ao todo foram consultados 17 STR's incluindo os que compõem a FETAGRI representando 39,53% dos 43 STR's existentes oficialmente no Estado do Amazonas. Do total de 23 entrevistados 7(30,44) eram dirigentes e 16(59,56) representantes da base da FETAGRI.

---

<sup>2</sup> A FETAGRI é uma entidade filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e na época da pesquisa possuía 43 STR's filiados. Os informantes são representantes e lideranças da FETAGRI constituídos de dirigentes ativos, ex-dirigentes licenciados, lideranças comunitárias, representantes de STR's, membros de órgãos colegiados ligados à educação, sujeitos diretamente envolvidos com a problemática da educação do campo no Amazonas e com experiência no movimento sindical organizado.





A opção por trabalhadores e trabalhadoras que integram a direção e a base da FETAGRI-AM nasceu da preocupação pelo entendimento da concepção e experiências dos trabalhadores rurais, muitas vezes esquecidas ou silenciadas. A partir da experiência vivenciada pelos trabalhadores, seus olhares, anseios e preocupações e sobre as políticas da educação do campo, suas formas participativas no processo educacional e sócio-político. Pode-se considerar que os pesquisados são trabalhadores e trabalhadoras rurais, que na sua maioria nasceu na roça, são filhos de agricultores e iniciaram ainda criança nas atividades da lavoura e, a grande maioria ainda vive da lavoura.

Quanto a participação atual nos sindicatos e na federação os dados se apresentam da seguinte forma: nos STR's pesquisados todos os 16 (dezesesseis) trabalhadores entrevistados participam na comunidade, ainda que para alguns essa participação seja mais efetiva que para outros. Quanto a FETAGRI, todos os trabalhadores dessa federação desenvolve qualquer tipo de participação na comunidade. Todavia, para alguns a participação é mais intensa no sindicato e para outros na comunidade; para outros, ainda, a participação é eventual tanto na comunidade quanto no sindicato. A faixa etária dos trabalhadores varia entre 20 (vinte) e 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

O levantamento documental consistiu em estudos sobre as cartilhas, anais, documentos, atas e relatórios. Em seguida foi feita umas observações e visitas na FETAGRI por seis meses na tentativa de verificar o cotidiano do sindicalista, suas ações e relações com a comunidade, órgãos parceiros e base. Foram realizadas 23 entrevistas com sindicalistas, foram ouvidas lideranças comunitárias (não-sindicais), sócios das associações, professores universitários que estão ligados a projetos educacionais nos assentamentos, foram ouvidos moradores dos assentamentos, conselheiros fiscais, associação de mulheres e professores de áreas de assentamentos com o intuito de conhecer a problemática educacional a partir de vários olhares, contudo contabilizou-se para efeito de análise quantitativa e qualitativa somente as entrevistas formais com 7 dirigentes em atividade na FETAGRI e 16 representantes de STR'S que compõe a base da Federação.

## **Resultados e Discussão**

A pesquisa evidencia que a Educação do Campo na Amazônia na compreensão dos trabalhadores e trabalhadoras explicita a visão de campo articulada com a dinâmica concreta da vida social, política e cultural. Não necessariamente, um saber polido pela escolarização formal, mas sim, cunhado nas lutas populares, nas vivências práticas e na resistência. Refere-se ao aprendizado do cotidiano e da



vida em várias instâncias. Emerge da visão de educação alicerçada em duas perspectivas, uma que define como escolar toda a educação e outra que revela a educação para além dos muros da escola.

Fica claro que os sujeitos da pesquisa revelam uma compreensão crítica da educação pela leitura da realidade e por conta de suas experiências, o que a nosso ver, se deve muito as vivências dos movimentos e organizações que participam. Ao mesmo tempo, cada trabalhador e trabalhadora expressa sua própria concepção de educação e compartilham coletivamente um projeto político e social. Neste contexto, observou-se uma tendência de ruptura com o ideário de educação presente na maioria das políticas públicas de educação do campo, no qual o ponto de partida é uma visão centrada na escolarização do trabalhador, sem, contudo considerar suas múltiplas necessidades locais, a natureza do lugar e suas particularidades concretas. Evidenciaram-se contradições dessas políticas no atendimento educacional dos homens e mulheres que vive no/do campo e que produzem muito mais do que alimentos, mas produzem também ideias e conhecimentos que precisam ser valorizados e tomados como base para formulação de políticas públicas.

Na leitura dos pesquisados, a escola do campo precisa ser transformada, pois tem predominantemente trabalhado conteúdos como um fim em si mesmo, não tendo a capacidade de dialogar coerentemente com o sistema produtivo, a despeito da lei de diretrizes e bases da educação nacional e das diretrizes operacionais para as escolas do campo.

A escola como está (des)organizada no meio rural ainda não foi capaz de superar a lógica reprodutivista de conteúdos e implantar um processo de formação democrático, participativo e articulado com os outros setores que promoveriam as mudanças qualitativas na maneira de fazer educação, ainda que se saiba que somente a educação não seria capaz de mudar a vida do homem do campo, contudo, sem ela a transformação não seria possível, pois sem tomada de consciência social, nenhuma mudança seria verdadeiramente emancipatória e avançada.

A educação deve ser pensada como uma estratégia para manter o homem junto a seu lugar de origem, convivendo com família e garantindo seu modo de viver, sem precisar ser expulso do campo para a cidade em busca de emprego. Uma educação diferenciada para os trabalhadores rurais sem dúvida aumentaria as oportunidades. Contudo, a insuficiência de educação formal e de trabalho no campo se constituiu como uma preocupação relevante dos representantes dos trabalhadores rurais que mesmo com essas políticas do campo, ainda não foram capazes de mudar a realidade.

Tendo em conta, a educação do campo, vê-se que, o campo não se reduz apenas a um espaço geográfico, mas é campo de luta e de construção de identidades. A realidade amazônica pela sua dinâmica social e territorial é complexa e diversificada, na qual a vinculação com o campo não se





dá apenas pelo fato de morar no lugar, mas de pertencimento. Neste contexto específico, o campo é espaço não só físico, mas, essencialmente, o lugar onde homens e mulheres, nasceram, vivem, trabalham, lutam, resistem, produzem e morrem. O campo não fica restrito ao campo em contexto amazônico. O campo é o lugar da floresta e espaço das águas. O campo é um espaço pluriativo e ligado a múltiplas culturas e lugares. É campo de luta, mas antes, é campo de gente e de sonhos.

No estudo realizado, identificou-se basicamente duas visões de campo, uma decorrente da visão do Sul do Brasil que é predominante e outra que carrega elementos mais regionais e traz consigo outros traços identitários, inclusive do modo de viver amazônico. No entanto, é importante ressaltar que estas visões não são antagônicas, mas complementares. A ideia de considerar o campo como zona rural foi muito utilizada pelos entrevistados, porém foram revelados elementos próprios do espaço geográfico local, da natureza e da cultura amazônica. O campo é o lugar determinado geograficamente que abriga o ribeirão, que dependem dos rios para sua subsistência, acolhe também a ideia dos homens extrativistas que vivem na floresta e todos aqueles que moram nos assentamentos. O campo também foi concebido como base, espaço de atuação política, como lugar e território, como zona rural e como campo de trabalho e de produção.

A pesquisa mostra que a ideia de campo no Amazonas se refere ao lugar caracterizado por especificidades locais reforçando uma das hipóteses desta pesquisa, que se funda numa concepção amazônica de campo tanto do ponto de vista geográfico, quanto nas suas feições sociocultural, diferente da região sul e centro oeste, uma visão que se funda na cultura e geografia do lugar, mas também na ideia de pertencimento ao mundo amazônico. As políticas de educação do campo atuais, embora avancem em muitos aspectos, ainda não concebem estes aspectos na sua totalidade.

O campo amazônico, portanto, aparece como um espaço que acolhe os ribeirinhos, os extrativistas, aos assentados, os acampados, os agricultores familiares e as populações dita tradicionais. Outra característica marcante presente na fala dos pesquisados é a ideia de campo associada a atividade produtiva, ao roçado e as plantações. Outra consideração diz respeito ao fato de que a visão de assentamento implica na compreensão do que se entende por campo na região amazônica. Alguns pesquisados tratam essa compreensão muito dentro do movimento sindical com a ideia de comunidades tradicionais, que é uma denominação voltada para identificar que a região Amazônica tem especificidades e principalmente características diferentes de outras regiões.

O conceito de Educação no/do Campo<sup>3</sup> passa necessariamente pelo entendimento que se tem de campo. Neste sentido, Fernandes (2005) ajuda a compreender a construção do conceito de campo

---

<sup>3</sup> Caldart (2002) no livro Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo explica que a *Educação no Campo* significa que o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive e a *Educação do Campo* refere-se ao fato de que o



como território, sendo este o lugar onde se realizam as diversas formas de organização do campesinato e também as formas de organização da agricultura capitalista, e outras formas e processos produtivos que datam de modos de produção diferentes daqueles que aportaram com a vinda dos europeus à América. Neste sentido, “[...] Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana.[...]” (FERNANDES, 2005, p.28-9). O campo pensado em sua acepção mais ampla, no caso do contexto amazônico tem sua especificidade e dinâmicas próprias. É uma realidade, sem dúvida, complexa que incorpora diferentes espaços, formas, sujeitos e culturas. Tem sua temporalidade e sua espacialidade muito peculiares. A realidade é completamente diferente e merece um tratamento diferenciado.

Assim sendo, é importante ressaltar que, o estudo identificou que algumas lideranças pesquisadas usavam o termo educação do campo como sinônimo de educação rural, não fazendo distinção entre ambas, ainda que falassem de uma educação centrada na realidade dos homens e mulheres do campo, o que confirma a hipótese de que falta aprofundamento no debate a cerca da temática no contexto específico do Amazonas. Nesta perspectiva, se pode se pode dizer que a ideia de *campo* e *assentamento* no Amazonas tem características próprias. A natureza e o homem amazônico pelas suas especificidades dão aos assentamentos uma forma peculiar desde a relação com a floresta, o aspecto geográfico da área onde a pessoa se assenta deve ser levado em consideração, pois implica preparo da terra para plantio. Muitos assentados são ribeirinhos/pescadores, moradores da floresta, homens que convivem no seu dia-a-dia com as águas, com a floresta. No caso dos sujeitos amazônicos assentados estes se caracterizam notadamente pela sua identidade e cultura. Isto reflete em muito na sua maneira de produzir e se relacionar com a terra. Outro argumento importante a ser colocado é a questão do território e sua formação cultural, pois o seu lugar e o seu modo de vida é determinante no conjunto das suas relações e no processo educativo como um todo. Assim, a Educação do Campo é predominantemente uma educação campestre no que diz respeito aos seus sujeitos. A legislação neste sentido contempla os diferentes sujeitos que moram nas áreas rurais. Por outro lado, aprofundando mais esta discussão parece estranho para alguns, falar de camponeses na Amazônia, mas estudos fazem menção ao camponês amazônico. A esse respeito, Fraxe (2000, 2004) em suas pesquisas<sup>4</sup> identifica o trabalhador rural do campo como ribeirinhos, caboclos,

---

povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

<sup>4</sup> Para aprofundamento do assunto ver Fraxe, Therezinha J..P. Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas, Annablume, 2000. Ver também da mesma autora a obra Cultura Cabocla-Ribeirinha: Mitos, lendas e transculturalidade, Annablume, 2004.





agricultores familiares, pescadores, homens que vivem as margens dos rios, lagos e igarapés da Amazônia. A estes sujeitos sociais ela denomina metaforicamente como homens anfíbios e sociologicamente como camponeses. Outro estudo nesta direção é o de Witkoski (2007) que utiliza a categoria camponês amazônico para se referir sociologicamente ao ribeirinho, ao seringueiro, ao quilombola, dentre outros sujeitos amazônicos que tem suas relações econômicas e culturais desenhados pelos elementos da terra, da floresta e das águas, onde vivem e trabalham com suas famílias. Neste sentido, corrobora a pesquisa, pois revela que a maioria dos pesquisados se identificaram como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, assentados, agricultores, dentre outros como sendo os sujeitos que vivem no campo no estado do Amazonas mas este campo, inclui as florestas e as regiões ribeirinhas profundamente ligadas aos rios e as águas.

Nesta perspectiva, Caldart (2004) afirma que pensar nesta educação, é assumir uma visão de totalidade dos processos sociais, que além de ser uma concepção pedagógica, é uma concepção de campo e uma concepção de modelo de desenvolvimento de sujeitos concretos e historicamente situados. Ainda Caldart (2002) diz que esse projeto de educação do campo reafirma e dialoga com a pedagogia do oprimido, de que são os oprimidos os sujeitos de sua própria educação; este projeto dialoga também com a pedagogia do movimento compreendendo a dimensão fortemente educativa da participação das pessoas no movimento social e se afirma ainda como uma de suas especificidades a pedagogia da terra. Portanto, trata-se de educar as pessoas como sujeitos humanos e como sujeitos sociais e políticos. Segundo Gohn (2001) os movimentos sociais possuem um caráter educativo que se constrói e reconstrói de várias formas, em vários planos e dimensões que se articulam. Segundo a autora a educação do movimento se constrói no processo de luta e na prática social cotidiana. Trata-se de uma reconstrução histórica que se funda no exercício da cidadania.

No caso do Amazonas esta educação do campo deve contemplar os processos educativos do povo ribeirinho e dos povos extrativistas que vivem na floresta. Por outro lado, ficou claro que a educação do campo se opõe a educação convencional que foi historicamente destinada aos homens do campo. A educação convencional esteve restrita à escolarização, sem conceber os sujeitos do campo a partir de sua própria história e contexto sociocultural. Isto resultou na destruição da identidade do homem do campo, pois muitos não valorizam o campo, mas sim a cidade, o urbano. Quanto as Diretrizes Operacionais das Escolas do Campo se identifica a necessidade de ampliação do debate sobre essas políticas e seus marcos legais, pois se constatou que as diretrizes estão sendo muito pouco trabalhadas no contexto do contexto amazônico, o que reforça a hipótese inicial desta pesquisa. Na verdade, o que se tem, a nosso ver, é uma homogeneização de questões e processos



que só são entendidos na sua especificidade. Arroyo (2004) considera que a aprovação no Conselho Nacional de Educação (CNE) das diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo representa um passo significativo no sentido de reconhecer a especificidade do campo e a necessidade de políticas específicas para garantir esse direito.

As condições históricas dos povos amazônicos é um desafio a ser tratado com mais atenção quando se fala de políticas públicas de educação. A educação na Amazônia deve ser construída a partir do específico, do local e da cultura amazônica. Não se pode esquecer que a cultura no processo de construção da identidade do povo amazônico é um traço marcante. Por isso é preciso situá-la na sua relação com os processos educativos e no conjunto das relações sociais. Entende-se assim que a identidade do ribeirão se constrói na sua relação com o rio. O rio é espaço de identidade, de vida e de luta pela sobrevivência. Neste sentido, se diz que “[...] As direções das águas dos rios da Amazônia traçam os rumos de sua civilização.” (ARAÚJO, 2003, p.36). Assim, é importante compreender que a educação está imbricada na dinâmica da vida cotidiana. Tudo é educação, pois nessa relação se reafirma os valores, o modo de vida e o sentimento de pertencimento ao lugar.

Para compreender o que é a escola do campo é imprescindível saber que os movimentos sociais acabaram por ressignificar dialeticamente a educação rural, transformando-a em Educação do Campo. Caldart esclarece que “Trata-se de uma educação *dos* e não *para os* sujeitos do campo 2002, p.27).

## **Conclusões**

Procurou-se analisar aspectos da Educação do Campo na Amazônia a partir da realidade do Amazonas na compreensão de trabalhadores e trabalhadoras rurais com atuação na Federação dos Trabalhadores da Agricultura e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais(STR's).

A pesquisa apontou fragilidades e pontos fortes da Educação do Campo no Amazonas. Os resultados indicaram o esforço feito pelo movimento sindical par reivindicar melhorias para a educação. Contudo, mostrou também relações contraditórias nas práticas das organizações sindicais, principalmente, na articulação das questões micro e macro política.

A educação do campo no Amazonas é uma temática complexa e revela particularidades relacionadas ao modo de viver amazônico. Verificou-se que se trata de um processo caracterizado por importantes elementos culturais e sociais que reafirmam traços das identidades amazônicas.





Constatou-se que as políticas públicas de educação do campo ainda não incorporaram plenamente os valores e as necessidades dos homens e mulheres que vivem nos espaços amazônicos, o que pressupõe adequações e novas formulações legais. Isto por que, o campo na Amazônia é concebido como um espaço mais ampliado e multifacetado, que inclui os espaços ribeirinhos e da floresta.

Por outro lado, se compreende que o movimento social e sindical tem elaborado uma concepção e prática de educação emancipatória alicerçada na participação política e educacional, não necessariamente no processo de escolarização.

A concepção de educação do campo do Amazonas que permeia a proposta pedagógica do movimento sindical se funda basicamente no resgate dos saberes e conhecimentos dos povos ribeirinhos, extrativistas, artesãos, agricultoras, indicando a valorização da cultura local vinculados ao seu território e ao seu lugar. Nesta realidade, persistem ainda, a falta de professores e sua má formação, a falta de escolas e seu aparelhamento adequado, a existência de classes multisseriadas, o currículo fora da realidade rural, a problemática do transporte escolar, a falta e o mau uso dos recursos financeiros. A Educação do Campo no Amazonas a partir dos olhares dos sujeitos da pesquisa revelam uma leitura crítica das políticas públicas educacionais no contexto local e apontam para a necessidade de se conhecer mais a educação e cultura amazônica. Neste sentido, essa compreensão nos ensina que, é preciso antes de tudo, atravessar o rio e adentrar a floresta.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. 2. ed. revista. Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/EDUA, 2003 (Coleção Poramduba).

ARROYO, M.G ; FERNANDES, B.M. **A educação Básica e o movimento social do campo**. Brasília, D.F: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2005. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, v.2).

ARROYO, M. G. (2004). *Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?* In: **Currículo sem Fronteiras**, v 3, n.1, pp. 28-49, nJan/Jun. Minas Gerais.

CAMPOS, R. S. S. **Educação do Campo: Olhares, dilemas e perspectivas dos trabalhadores rurais da FETAGRI no estado do Amazonas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFAM, 2007.

CALDART, Roseli. **Pedagogia da Terra: Formação de identidade e identidade em formação**, in: *Pedagogia da Terra*. Cadernos do Iterra. R.S. Ano II, Nº 6, 2002.

**Por Uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção**, in: CALDART, Roseli, CERIOLI, Paulo, KOLING, Edgar (Orgs.). *Educação do Campo: Identidade e*



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

Políticas Públicas. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção por uma Educação do Campo, nº4)

\_\_\_\_\_ **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004

\_\_\_\_\_ O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio(orgs). **A Cidadania Negada:** Políticas de Exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez; CLACSO, 2001.

CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.**(2001)CNE/MEC: Brasília.

FRAXE, T.J.P. **Cultura Cabocla-Ribeirinha:** mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

\_\_\_\_\_ **Homens Anfíbios:** etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, Secretaria da Cultura e do Desporto do governo do Estado do Ceará, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.5.).

WITKOSKI, A.C. **Terras , Florestas e Águas de Trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007. (Série Amazônia: a terra e o homem)